



Universidade de Brasília (UnB)  
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE)  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)  
Bacharelado em Ciências Contábeis

Carlos Matheus Alves Coelho

**GERENCIAMENTO DE RESULTADOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: UMA  
ANÁLISE SOBRE IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19**

Brasília, DF  
2023

CARLOS MATHEUS ALVES COELHO

GERENCIAMENTO DE RESULTADOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: UMA  
ANÁLISE SOBRE IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito parcial de obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Prof. Responsável: Rodrigo de Souza Gonçalves

Linha de pesquisa: Gerenciamento de resultados

Área: Contabilidade Financeira

Brasília, DF  
2023

Ag           Alves Coelho, Carlos Matheus  
              GERENCIAMENTO DE RESULTADOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:  
              UMA ANÁLISE SOBRE IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 / Carlos  
              Matheus Alves Coelho; orientador Rodrigo de Souza Gonçalves.  
              -- Brasília, 2023.  
              42 p.

              Monografia (Graduação - Ciências Contábeis) --  
              Universidade de Brasília, 2023.

              1. PCLD. 2. Gerenciamento de Resultados. 3. Instituições  
              Financeiras. 4. IFRS 9. 5. Covid-19. I. de Souza Gonçalves,  
              Rodrigo, orient. II. Título.

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura  
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen  
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira  
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho  
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré  
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professor Doutora Fernanda Fernandes Rodrigues  
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos  
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

CARLOS MATHEUS ALVES COELHO

GERENCIAMENTO DE RESULTADOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: UMA  
ANÁLISE SOBRE IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis  
e Atuariais da Faculdade de Economia,  
Administração e Contabilidade da Universidade de  
Brasília como requisito parcial de obtenção do grau  
de Bacharel em Ciências Contábeis.

---

Prof. Dr. Rodrigo de Souza Gonçalves  
Orientador

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais  
Universidade Brasília (UnB)

---

Prof. Dr. José Humberto da Cruz Cunha  
Examinador

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais  
Universidade de Brasília (UnB) ou outra instituição

BRASÍLIA  
2023

*“Não permito que nenhuma reflexão filosófica me tire a alegria das coisas simples da vida.”*  
Freud.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus estar me guiando no caminho para concretizar meus sonhos e objetivos.

Agradeço aos meus pais e minha irmã, por sempre terem me apoiado incondicionalmente em todos os momentos da minha vida, além de terem formado meu caráter e a pessoa que sou hoje. São a minha maior inspiração.

Agradeço aos meus amigos, por sempre estarem comigo e terem me proporcionado boa parte dos grandes momentos da minha vida.

Agradeço a minha namorada, que sempre me ajuda ao me incentivar e me dar “puxões de orelha”

Agradeço a todos os professores da Universidade de Brasília, aprendi muito com cada um deles.

Agradeço ao prof. Dr. Rodrigo Gonçalves, por ter tido paciência e dedicação em me ajudar. Sem ele, este trabalho não teria sido concluído.

## RESUMO

Este trabalho teve, como objetivo principal, verificar se as Instituições Financeiras no Brasil se valem da prática de Gerenciamento de Resultados (GR) para suavizar seus resultados (*income smoothing*), bem como verificar se estas instituições ampliaram essa prática durante a pandemia de Covid-19. Em outras palavras, o estudo buscou indícios de que a crise econômica causada pela pandemia de Covid-19 impulsionou a prática de GR por parte das Instituições Financeiras. Para isso, foi utilizada uma amostra contendo os 4 maiores bancos listados na Bolsa de Valores (B3), referentes ao período do 1º trimestre de 2014 até o 4º trimestre de 2019 (delimitado como período pré-pandemia) e do 1º trimestre de 2020 até o 2º trimestre de 2022 (delimitado como período de pandemia). Os dados foram obtidos através dos portais de Relações com Investidores dos respectivos bancos. Estando em posse destes dados, a conta de caráter discricionário escolhida como variável foi a conta PCLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa), correlacionando esta com o Lucro Líquido de cada banco. Analisando os resultados obtidos, verificou-se que houve sinal positivo para hipótese de indícios da prática de GR através da conta PCLD em todos os bancos e em todos os períodos utilizados na amostra, bem como na amostra de todos os bancos de forma agregada. Entretanto, não foram encontrados indícios de que a crise da pandemia de Covid-19 impulsionou a prática de GR através da conta PCLD.

Palavras-chave: PCLD; Gerenciamento de Resultados; Correlação; Instituições Financeiras; IFRS 9; Covid-19



## **ABSTRACT**

This work has as a principal purpose to verify if Brazilian Financial Institutions use the Earning Management (EM) to income smoothing, and also to verify if this Financial Institutions use of EM was increased during the world COVID-19 Pandemic. In other words, this study searched for evidence that the economic crisis caused by the COVID-19 Pandemic promoted the increase of EM practice by Financial Institutions. In order to that, a sample of the biggest 4 Banks in the Brazilian stock market (B3) was used, narrowing the pre-pandemic period between the 1<sup>o</sup> trimester of 2014 until the 3<sup>o</sup> trimester of 2019, and the pandemic period between the 4<sup>o</sup> trimester of 2019 until the 2<sup>o</sup> trimester of 2022. The data was taken from each Bank's Investor Relations site. In possession of this information, the Loan Loss Provision (LLP) was chosen as variable, correlating the LLP with the Net Income of each Bank. While analysing the results of the research, it was possible to verify a strong positive signal of use of the EM by the LLP in all the listed Banks and in all the chosen sample periods, as well as in the consolidated information of all the banks. However, there weren't found evidence that de COVID-19 Pandemic crisis boosted the EM practice by LLP.

Keywords: LLP; Earning Managements; Correlation; IFRS 9, Covid-19

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** - Período pré-pandemia (1T2014-4T2019)
- Tabela 2** - Período de pandemia (1T2020-2T2022)
- Tabela 3** - Período conjugado (1T2014-2T2022)
- Tabela 4** - Matriz de Correlação bancos agregados (Período 1T2020-2T2022)
- Tabela 5** - Matriz de Correlação bancos agregados (Período 1T2014-4T2019)
- Tabela 6** - Matriz de Correlação Banco do Brasil (Período 1T2014-2T2022)
- Tabela 7** - Matriz de Correlação Banco do Brasil (Período 1T2020-2T2022)
- Tabela 8** - Matriz de Correlação Banco do Brasil (Período 1T2014-4T2019)
- Tabela 9** - Matriz de Correlação Banco Itaú (Período 1T2014-2T2022)
- Tabela 10** - Matriz de Correlação Banco Itaú (Período 4T2019-2T2022)
- Tabela 11** - Matriz de Correlação Banco Itaú (Período 1T2014-4T2019)
- Tabela 12** - Matriz de Correlação Bradesco (Período 1T2014-2T2022)
- Tabela 13** - Matriz de Correlação Bradesco (Período 1T2020-2T2022)
- Tabela 14** - Matriz de Correlação Bradesco (Período 1T2014-4T2019)
- Tabela 15** - Matriz de Correlação Santander (Período 1T2014-2T2022)
- Tabela 16** - Matriz de Correlação Santander (Período 4T2019-2T2022)
- Tabela 17** - Matriz de Correlação Santander (Período 1T2014-4T2019)

<b>RESUMO</b> .....	<b>8</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>9</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>15</b>
2.1 DEFINIÇÃO DE GERENCIAMENTO DE RESULTADOS .....	15
2.2 GERENCIAMENTO DE RESULTADOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS .....	18
2.3 RISCO DE CRÉDITO .....	19
2.4 IFRS 9 E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS .....	21
2.5 IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 .....	22
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	<b>24</b>
<b>4. RESULTADOS</b> .....	<b>27</b>
4.1 RESULTADOS ESTATÍSTICOS .....	27
4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	35
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>39</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Dentre as diversas funções e objetivos da Contabilidade, uma das mais importantes é o fornecimento de informações sobre o patrimônio das entidades para os usuários, sobretudo, aqueles que não participam da gestão (usuários externos).

Os usuários da Contabilidade podem ser tanto pessoas físicas ou jurídicas, dos quais possuam algum tipo de interesse na avaliação da situação patrimonial da entidade, seja ela pública, privada, ou do Terceiro Setor. Os usuários da contabilidade podem ser divididos basicamente em dois grupos: usuários internos (pelos presidentes e vice-presidentes, empregados, gerentes, diretores etc.), e usuários externos (representados pelos bancos, fornecedores, governo, sindicatos, acionistas, agências, investidores, institutos, instituições de ensino e estudantes, pessoas físicas, etc.) (Raifur et. al, 2008).

A partir do momento em que se leva em consideração o sistema completo de usuários da informação contábil (usuários internos e externos), fica claro que os usuários externos são o seu elo mais frágil, devido ao fato de que estes não costumam participar diretamente da elaboração das demonstrações contábeis. Logo, a não participação no gerenciamento da entidade os tornam dependentes da qualidade das informações contábeis que são divulgadas ao público pela administração da entidade, os tornando suscetíveis a manipulações.

Tal assimetria informacional, onde uma das partes está menos munida de informações necessárias para analisar o que está ocorrendo na entidade, está inserida na teoria da Agência (JENSEN; MECKLING, 1976).

Valendo-se desta assimetria informacional, o gestor da entidade pode, em determinados momentos, se aproveitar de situações em que se é possível optar entre alternativas de reconhecimento, mensuração e evidenciação de eventos econômicos igualmente válidos, para desta forma modificar os resultados de acordo com seu incentivo. Por exemplo, um gestor pode escolher um método de custeio do estoque (Primeiro a Entrar é o Primeiro a Sair ou Média Ponderada) que proporcione um menor custo da mercadoria vendida para aumentar seus lucros

(Mota, 2018). Além disso, no caso de instituições financeiras, existe a possibilidade de se valer de instrumentos de natureza discricionária como PCLD (Perda Estimada de Crédito de Liquidez Duvidosa) e TVM (Títulos e Valores Mobiliários), visando aumentar ou diminuir seus resultados de acordo com o interesse do gestor. É neste cenário pode surgir o gerenciamento de resultados (Martins Silva et al., 2019).

O Gerenciamento de Resultados (GR), é definido por Scott (2015, p.445) como: “*escolhas ou ações reais feitas por um gerente de políticas contábeis que afetam os resultados, de modo a atingir algum objetivo específico de resultados divulgados*”<sup>1</sup>. O GR também pode ser descrito como alterações nos relatórios visando demonstrar um desempenho econômico positivo da entidade, sendo que tais alterações podem refletir um cenário distorcido da real situação, afetando diretamente as análises dos usuários (Schipper, 1989).

Ao longo da história recente, diversos exemplos de prejuízos causados aos usuários externos por informações contábeis distorcidas ou não prestadas vieram a cabo, levando, inclusive, a crises econômicas mundiais, sobrepondo-se o ambiente de nações ou de mercados. Casos como: o *crash* da bolsa de valores norte-americana, falência dos bancos Econômico, Nacional e Santos e de empresas como Worldcom, Enron e Parmalat, são exemplos de casos em que ocorreram consequências diretas aos usuários externos, decorrentes da má divulgação da informação contábil. Além destes, ainda há casos mais recentes, como os casos IRB e Americanas.

Contudo, cabe ressaltar que muitos destes casos tratam-se, na realidade, de Fraudes Contábeis, que se diferem da prática de GR. Em suma, o GR se vale de discricionariedades dentro dos limites da legislação contábil, onde o gerente faz escolhas visando não necessariamente demonstrar a realidade do negócio, mas sim atender a determinados incentivos. Vale ressaltar que o Gerenciamento de Resultados não ocorre apenas por decisões contábeis, mas também por decisões de gestão e de organização (Martínez, 2001).

Por outro lado, “*as Fraudes Contábeis consistem em uma manipulação deliberada da condição financeira de uma empresa realizada por meio de distorção*

---

<sup>1</sup> No original: *Earnings management is the choice by a manager of accounting policies, or real actions, affecting earnings so as to achieve some specific reported earnings objective.*

*ou omissão intencional de valores ou divulgações nas demonstrações contábeis, a fim de enganar os usuários da informação” (Oliveira, 2020, p.38).*

A comunidade científica estuda, desde o fim da década de 1980, mecanismos para reduzir as possibilidades de que a distância entre os usuários externos da informação contábil e o ambiente interno da empresa possa levar a perdas e manipulações (Nascimento e Reginato, 2008).

Um dos primeiros estudos relevantes para o entendimento do Gerenciamento de Resultados foi o de Healy e Wahlen (1999). Neste estudo, foi identificado que gestores fazem escolhas contábeis, especificamente através dos *accruals* discricionários, com o objetivo de modificar o verdadeiro desempenho econômico da entidade (MOTA, 2018).

Tendo em vista os problemas causados aos usuários citados anteriormente, o objetivo deste trabalho é avaliar se existem indícios da ocorrência de GR verificando se o nível de incidência e magnitude do GR foi afetado pela crise da Pandemia de Covid-19, dado que existem evidências de que os ciclos econômicos tendem a impactar o uso de GR pelos gestores, onde o GR tende a ocorrer mais em períodos em que a Economia se encontra em declínio (Mota, 2018; Diehl, 2020). Também será abordado quais impactos o IFRS 9 (IASB) pode ter sobre as demonstrações contábeis das IF's. Em suma, a questão da pesquisa pode ser definida como: Há evidências de que a Pandemia de Covid-19 impulsionou o gerenciamento de resultados das Instituições Financeiras?

O trabalho avança em relação aos demais ao abordar a influência da Covid-19, evento que impactou fortemente as medições de riscos de inadimplência das Instituições Financeiras (Colares et. al, 2021).

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Definição de Gerenciamento de Resultados

Dentre as diversas temáticas abordadas pela academia neste período, as abordagens acerca do Gerenciamento de Resultados foram particularmente marcantes, sendo que ao longo do final do Século XX, surgiram os primeiros estudos, como o de Schipper (1989) e Healy e Wahlen (1999) que transformaram e, de certa forma, revolucionaram as pesquisas sobre este tema. (Goulart, 2007).

De acordo com o trabalho de Healy e Wahlen (1999), o Gerenciamento de Resultados (ou *Earnings Management*) ocorre quando os gerentes fazem uso de discricionariedades nas demonstrações financeiras para “enganar” os usuários da informação acerca da real situação econômica da entidade. Outra finalidade seria influenciar em contratos que dependem dos números reportados pela contabilidade.

Na literatura científica do Brasil, o Gerenciamento de Resultados Contábeis é definido por (Rodrigues, 2007, p.6) como “*um conjunto de práticas que gestores e contadores adotam, visando obter os resultados contábeis desejados*”. Tais práticas tendem a distorcer e modificar as informações contidas nas demonstrações contábeis, interferindo diretamente nas suas análises. Normalmente, estas práticas costumam decorrer de modificações que estão dentro dos limites legais (Rodrigues, 2007). Já Martínez (2013, p.5) define GR como “*o uso da discricionariedade gerencial na realização de escolhas contábeis (reconhecimento e mensuração), na tomada de decisões operacionais e na seleção dos critérios de apresentação da demonstração de resultado (disclosure). Todas dentro dos limites das normas contábeis, visando influenciar as percepções sobre fatos econômicos subjacentes, que são refletidos nas medidas de resultado contábil.*”

Entre os possíveis estímulos para a prática de GR, está a dificuldade de identificar sua ocorrência pelos usuários. A prática é possibilitada por certo grau de subjetividade para reconhecimento e mensuração contábil, dado o fato de que seria

impraticável as normas contábeis abrangerem todas as possíveis operações realizadas pelos negócios (Silva et. al 2018).

Ainda sob a ótica do trabalho de Healy e Wahlen (1999, p.10 a 22), um dos meios de se iniciar estudos de verificação da ocorrência de GR é aferir se existem incentivos específicos para que gestores gerenciem as demonstrações contábeis, de forma a satisfazer possíveis demandas. Os autores redigiram 3 incentivos:

I) Incentivos de Mercado de Capitais: As análises e expectativas dos players e analistas do Mercado Financeiro tendem a incentivar gestores a tentar alterar os resultados contábeis, tendo em vista atender as expectativas e tendências do mercado. *“Os incentivos para o gerenciamento relacionados ao mercado de capitais podem ser na direção da redução do preço da ação, através do gerenciamento para reduzir o resultado (em períodos antecedendo management buyouts) ou para manter o preço da ação alto, através do gerenciamento para aumentar o resultado (em períodos antecedendo a oferta pública de ações).”* (Baptista, 2009)

II) Incentivos de Contrato: Contratos de empréstimos e de remuneração de administradores atrelados a resultados podem motivar gestores a gerenciarem resultados visando benefício próprio.

III) Incentivos Regulatórios: Neste, os autores subdividiram em 3 formas de motivação regulatória: regulamentações de setor, onde algumas entidades (como bancos, seguros e indústrias), possuem regras específicas que são explicitamente vinculadas aos dados contábeis; leis antitruste, onde se gerenciam resultados visando “escapar” de investigações por truste; e por último, gerenciamento para fins de planejamento tributário.

Para se entender o conceito de Gerenciamento de Resultados, se faz necessário também compreender a diferenciação e delimitação do que é Fraude Contábil e o que é GR. Dechow e Skinner (2000) definem que a fraude acontece quando se adotam práticas contábeis que não estão de acordo com o GAAP, visando enganar o usuário da informação. No Quadro 1, elaborado por Matsumoto e Parreira (2007), está compilado, por meio de exemplos práticos, as diferenças



entre o gerenciamento e a fraude contábil.

Quadro 1 – Diferenças entre GR e Fraudes contábeis

<b>Decisões contábeis “Puras”</b>	<b>Decisões com impacto no fluxo de caixa</b>
<b>“Gerenciamento dos resultados contábeis”</b>	
De acordo com as Normas/Princípios Contábeis	Práticas Aceitáveis
Contabilidade “Conservadora”	Visando Reduzir Fluxo de Caixa Líquido
a. Reconhecimento muito elevado de provisões; b. Aceleração das despesas de depreciação; c. Reconhecimento de receitas apenas quando da cobrança.	a. Retardar vendas; b. Acelerar gastos associados à propaganda e publicidade, treinamento e P&D; c. Aumentar Despesas de natureza não-operacional (Banquetes, Bingos, Doações)
Contabilidade “Agressiva”	Visando Aumentar Fluxo de Caixa Líquido
a. Evitar ou reduzir o reconhecimento de provisões; b. Reduzir as cotas de depreciação e amortização; c. Reconhecimento de receitas durante a produção.	a. Antecipar ou acelerar as vendas; b. Adiar a realização de despesas necessárias de propaganda & publicidade, treinamento ou P&D; c. Aumentar Receitas não-operacionais pela venda de Ativos da empresa.
<b>Contabilidade Fraudulenta e Práticas Inaceitáveis</b>	
Que violam as Normas/Princípios	Práticas inaceitáveis
a. Registrar vendas fictícias; b. Antecipar (documentalmente) a data de realização das vendas; c. Superestimar o estoque pelo registro de inventário fictício.	a. Receber e não efetuar a entrega do produto; b. Não cumprir com os compromissos financeiros; c. Não pagar tributos lançados.

Fonte: elaborado por Matsumoto e Parreira (2007) com base em Dechow e Skinner (2000)

Contudo, cabe ressaltar que, mesmo que fraudes contábeis e GR sejam práticas distintas, a linha entre as duas pode acabar se tornando tênue, devido ao fato de que entidades que recorram à prática do gerenciamento de resultados de maneira contumaz ao longo do tempo, tendem a ter de lidar com as consequências futuras dos estornos do gerenciamento do passado, podendo gerar prejuízos para partes interessadas no negócio (Oliveira, 2020; Schipper, 1989; Healy e Wahlen, 1999).

## 2.2 Gerenciamento de resultados em instituições financeiras

Quando se trata de Instituições Financeiras (IF), existem particularidades que as diferenciam dos demais setores, tornando estas entidades mais “susceptíveis” a incentivos de Gerenciamento de Resultados. Isso se deve ao fato de que são entidades fortemente reguladas por instituições como BACEN e CMN. (Goulart, 2007). Além disso os principais meios de manipulações destas entidades estão nas contas de Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e Títulos e Valores Mobiliários (TVM), por se tratar de contas com elevado grau de discricionariedade. (Martiningo e Durso, 2020).

Somado a estes fatores, as IFs possuem certos incentivos devido as particularidades de sua atividade econômica. Bancos e IFs dependem necessariamente do emprego de capital de terceiros, logo, o custo dos financiamentos passa a estar sujeito ao risco percebido pelo mercado, se configurando um incentivo para que os gestores de bancos suavizem resultados para reduzir grandes flutuações nos resultados contábeis (Kanagaretnam et. al, 2003). Tal relação remete ao conceito risco x retorno proposto pelo modelo CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), onde quanto maior o risco do investimento, maior será o retorno exigido/esperado por parte dos investidores e credores daquele ativo (Berk e Demarzo, 2010).

Seguindo este raciocínio, um banco pelo qual os investidores e credores entendam como de risco elevado tenderá a sofrer com taxas maiores de captação em relação a bancos percebidos como de baixo risco. Em outras palavras, essa influência pode ser percebida pelos investidores quando bancos fazem captações via CDB (Certificado de Depósito Bancário), em que bancos menores e com maior percepção de risco tendem a oferecer maiores taxas de retorno CDI. Uma vez que o risco influencia estes preços, bancos tenderão a buscar passar uma imagem de baixo risco (Goulart, 2007).

No estudo de Martins Silva et al. (2018), foi constatado que estimativas contábeis relativas a perdas estimadas são usadas para exibir perspectivas desejadas pelos responsáveis das demonstrações contábeis. Neste estudo foi verificado que, instituições financeiras brasileiras, portuguesas e espanholas se

valeram do poder discricionário disponível aos gestores para modificar seus resultados, independentemente do ambiente regulatório e social inserido. Como metodologia foi realizada uma abordagem de acumulações (*accruals*), tendo como proxy a relação do componente discricionário na formação de perdas estimadas, dada pela relação existente entre o lucro ajustado pelas despesas com PCLD e as respectivas despesas. Já no estudo de Mazulo, Iara e Britto (2022) chegou-se a conclusão de que os maiores bancos brasileiros utilizam a PCLD como instrumento para o gerenciamento de resultados.

Para além de tais aspectos, há evidências de que o ambiente econômico exerce influência direta na prática de GR. Em Diehl (2020), foi constatado que as flutuações e fases do ciclo econômico tendem a impulsionar a prática em IFs, onde verificou-se que há uma tendência de redução do gerenciamento em fases de recessão, e um aumento no período de contração, além de uma diminuição do gerenciamento no período de recuperação, onde a economia se reergue de uma forte recessão.

### **2.3 Risco de crédito**

De acordo com o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS, 2000), o risco de crédito pode ser descrito como a chance de um tomador de empréstimo ou contraparte não cumprir com suas obrigações de maneira integral e conforme os termos previamente acertados, estando relacionado à essência das atividades de uma instituição financeira (Dantas et al., 2010). Dessa forma, se faz essencial a evidenciação precisa do risco de crédito de uma instituição financeira, sendo determinante para a correta avaliação de sua situação econômico-financeira pelos usuários (Dantas et al., 2010).

Na contabilidade, as estimativas de risco de crédito são evidenciadas através da conta de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) sendo regulamentada pelo CPC 48 (Santana, 2021).

Atentos a questão da PCLD, o Conselho Monetário Nacional e o Banco

Central do Brasil dispuseram a respeito através da Resolução nº 2682 (1999), onde se estabeleceram critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Foi determinado que as instituições financeiras e demais instituições devem classificar as operações de crédito em ordem crescente de níveis de risco, de AA a H. De acordo como Artigo 2º da mesma lei, a classificação das operações em seus respectivos níveis de risco é de responsabilidade da instituição detentora do crédito, e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando diversos aspectos definidos pelo próprio CMN.

Nesta mesma resolução, definiu-se que as provisões de créditos de liquidação duvidosa devem ser constituídas de maneira mensal, não podendo estas serem inferiores ao patamar mínimo pré-estabelecidos, conforme o Quadro 2.

Proporção mínima de PCLD em relação ao nível de risco

NÍVEL DE RISCO	PROPORÇÃO DE PROVISÕES FACE OPERAÇÕES
Risco nível A	0,5% (meio por cento) sobre o valor das operações
Risco nível B	1% (um por cento) sobre o valor das operações
Risco nível C	3% (três por cento) sobre o valor das operações
Risco nível D	10% (dez por cento) sobre o valor das operações
Risco nível E	30% (trinta por cento) sobre o valor das operações
Risco nível F	50% (cinquenta por cento) sobre o valor das operações
Risco nível G	70% (setenta por cento) sobre o valor das operações
Risco nível H	100% (cem por cento) sobre o valor das operações

Fonte:Elaboração própria com base na Resolução nº 2682 (1999) da CMN

Vale ressaltar que, apesar de estabelecerem percentuais mínimos sobre o valor das operações, os gestores ainda podem aplicar taxas acima do estipulado pela CMN (Diehl, 2020). Esta “brecha” proporciona ao gestor uma margem de discricionariedade, abrindo caminho para ocorrência de Gerenciamento de Resultados (Diehl, 2020) e Mazulo, Iara e Britto (2022).

No que diz respeito a determinação do nível de risco, foi definido pela CMN critérios com base no tempo de atraso no pagamento de parcelas, conforme o

## Quadro 3.

Quadro 3 - Classificação de níveis de risco

NÍVEL DE RISCO	ATRASO NO PAGAMENTO
Risco nível A	-
Risco nível B	De 15 a 30 dias
Risco nível C	De 31 a 60 dias
Risco nível D	De 61 a 90 dias
Risco nível E	De 91 a 120 dias
Risco nível F	De 121 a 30 dias
Risco nível G	De 151 a 180 dias
Risco nível H	Mais de 180 dias

Fonte: Elaboração própria com base Resolução nº 2682 (1999) da CMN

## 2.4 IFRS 9 e Instituições Financeiras

A crise financeira e econômica mundial de 2008 impulsionou diversas mudanças na contabilidade, e a edição do IFRS 9 foi uma de suas principais consequências. No ano de 2014, o International Accounting Standards Board (IASB) editou o IFRS 9 para ser o novo padrão para provisionamento e mensuração de instrumentos financeiros, sendo sua adoção obrigatória desde 2018.

Esta nova norma veio substituir a norma IAS 39, que apontava o reconhecimento de perdas por risco de crédito apenas após a evidência objetiva da ocorrência da perda. Os modelos de reconhecimento de perdas incorridas passaram a ser questionados a partir da crise do *subprime*, pois a efetividade e tempestividade na mensuração das perdas eram consideravelmente limitadas, fator que contribuiu para o surgimento da crise (Rocha, 2020).

Tendo em vista esse contexto, o IFRS 9 introduziu diversas novas exigências para mensurar a deterioração de ativos financeiros, com um modelo novo de

mensuração e classificação com uma abordagem diferente de hedge accounting (PwC, 2019).

A principal diferença da IAS 39 para IFRS 9 se refere ao fato de que, na IAS 39 a provisão de perdas com créditos só poderia ser reconhecida quando houvesse evidência objetiva da perda. Com a IFRS 9, o método de provisão passou a ter perfil de perda esperada, requerendo que a entidade passe a reconhecer perdas futuras esperadas levando em consideração o tempo de vida da operação de crédito e que o valor provisionado seja constantemente atualizado, visando demonstrar mudanças no risco de crédito quando eles ocorrerem (Caneca, 2015).

Buscando atingir a convergência contábil internacional, a Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil decidiu submeter à consulta pública os editais 54/2017 e 60/2018, sendo o primeiro dispendo sobre classificação, mensuração e reconhecimento de instrumentos financeiros, e o segundo o sobre critérios contábeis para constituição de provisão para PCLD.

Tendo em vista esta nova mudança, o estudo de Dantas et al. (2017) concluiu que este novo modelo de perdas esperadas tende a evidenciar números mais elevados de provisão do que o modelo anterior de perdas incorridas.

Em Sayed et al. (2013), buscou-se, através de simulação, verificar o impacto das alterações nos lucros líquidos e nas suas respectivas volatilidades decorrentes da alteração da IAS 39 para IFRS 9. Os resultados mostraram um impacto inicial no 1º trimestre, tendo em vista a sua adaptação à nova norma. Posteriormente, não houve alteração significativa nos resultados e nas suas respectivas volatilidades.

## **2.5 Impactos da Pandemia de Covid-19**

A crise econômica mundial decorrente da Pandemia de Covid-19 impactou fortemente a economia e a gestão de riscos das entidades. No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) sofreu uma queda de 3,9% e o desemprego saltou de 11,9% para 13,5% (IBGE, 2020). Além disso, muitas incertezas vieram à tona dada a imprevisibilidade do cenário econômico que estaria por vir.

De acordo com Martins, Sinay e Gonçalves (2020), a crise da pandemia de Covid-19 afetou diretamente o modo de captação das receitas de intermediação financeira nos bancos brasileiros, além do aumento do risco de inadimplência no setor.

Tendo em vista a alteração repentina no cenário de riscos, o BCB e a CMN, através das Resoluções nº 4.782/2020 e nº 4.855/2020 respectivamente, introduziram medidas de flexibilização para renegociação de dívidas e crédito. No Art. 3º da Resolução nº 4.855/2020 tem-se que: *“Fica admitida a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I do art. 4º da Resolução nº 2.682, de 1999, na classificação por níveis de risco das operações que contem com garantia prestada pela União, diretamente ou por meio de fundo garantidor ou de instituição financeira por ela controlada.”* Além disso, através da Resolução CMN nº 4.783/20, teve-se um aumento da concessão de linha de crédito. (Colares et al., 2021)

De acordo com Girão (2020), as empresas se valeram de Gerenciamento de Resultados visando modificar seus lucros para cima durante a pandemia de Covid-19.

### 3. METODOLOGIA

Apesar do gerenciamento de resultados ser um tema bastante recorrente, prová-lo pode ser um processo consideravelmente complexo. (Healy e Wahlen, 1999)

A metodologia do trabalho consistirá em: buscar indícios de aumento de magnitude de Gerenciamento de Resultados e de suavização de resultados (*income smoothing*) durante a pandemia de Covid-19 por parte das Instituições Financeiras, devido ao fato de que períodos de crise econômica tendem a impulsionar a prática de GR (Mota, 2018; Diehl, 2020).

Para isso, será feito uma análise através de correlação, que de acordo com Goulart (2007, p. 121): “*tem o objetivo de investigar o tipo e a força do relacionamento entre o “resultado em cada modalidade operacional” e o “resultado contábil excluído o efeito do resultado na modalidade operacional sob análise” (resultado pré-suavização)*”. Em outras palavras, serão correlacionados a variável de caráter discricionário com o resultado expurgando-se o efeito desta.

Além disso, serão feitas tabelas com dados de média, desvio padrão e mediana das variáveis nos períodos de pandemia e pré-pandemia, bem como o período conjugado.

Desta forma, será entendido se há indícios de que, dada a variação do resultado da entidade, os gestores “modificam” suas contas de caráter discricionário para evitar grandes variações em seus resultados divulgados.

Para este estudo, a conta de caráter discricionário escolhida será a conta PCLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa). A escolha desta conta como variável se deve ao fato de que esta tende a ser a conta com maior uso para fins de GR, especialmente no âmbito das instituições financeiras, em relação as demais. (Diehl, 2020)

Baseado nos trabalhos de Rodrigues (2007) e Goulart (2007), a hipótese a ser aferida será a de que há correlação positiva entre o Resultado antes da PCLD e as Despesas com PCLD dos respectivos bancos, o que indicaria o uso das operações de crédito para suavização de resultados. Após, será aferida a hipótese de que os bancos aumentaram a prática de GR durante a pandemia. Para isso,



serão comparados os índices obtidos pré e durante a pandemia. Considera-se que, em havendo aumento nos índices de correlação, tem-se indícios de que a prática de GR foi impulsionada pela pandemia.

A expectativa é de se obter um coeficiente positivo, pois a partir do momento que o Resultado antes da PCLD apresenta crescimento, a tendência seria de um aumento na despesa com PCLD, visando diminuição do lucro e suavização do resultado. Logo, se há diminuição do Resultado antes da PCLD, o incentivo seria de redução da PCLD, se mantendo expectativa de sinal positivo. (Goulart, 2007, p.121)

Os bancos escolhidos para a amostra são os 4 maiores bancos brasileiros listados na bolsa de valores (B3). Sabe-se que o Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica, Itaú e Santander, possuem aproximadamente 70% do mercado de crédito no Brasil (Mazulo, Iara e Britto, 2022). Porém, a Caixa Econômica não foi utilizada neste estudo, pois entende-se que, por ser um banco público, a Caixa possui incentivos de GR diferentes dos demais. A justificativa para escolha destes bancos são: (i) representam uma fatia muito grande do mercado de crédito no Brasil; (ii) possibilita uma análise individualizada de cada banco, algo inovador em relação aos estudos anteriores.

Neste trabalho, foram utilizados como amostra dados fornecidos nas Demonstrações Contábeis dos próprios bancos, que foram obtidos a partir das plataformas de Relações com Investidores dos portais eletrônicos das respectivas Instituições Financeiras, padrão IFRS. As amostras são referentes aos balanços trimestrais dos anos de 2014 até 2022.

O período considerado como pandemia parte do 1º trimestre de 2020, pois é o período onde se tem os primeiros registros, por parte dos bancos, de notas e relatórios oficiais sobre a crise da pandemia de Covid-19.

A partir destes dados coletados, será analisado se há ou não evidências da ocorrência de GR. Depois, será feita uma comparação para aferir se a pandemia provocou aumento no Gerenciamento de Resultados. Os dados a serem utilizados serão o Lucro Líquido (LL) e PCLD.

A partir da mensuração das variáveis propostas por Goulart (2007, p.141) adotou-se as versões para aferição da suavização do resultado:

- Versão A:  $LL - PCLD = \text{valor do LL expurgado do valor da PCLD}$ ;

- Versão B:  $LL - PCLD (t_2 - t_1) = (LL - PDD)$  na data "t2) deduzido do  $(LL - PCLD)$  na data "t1", indicado a variação de  $LL - PCLD$  (em valor absoluto) entre duas datas;
- Versão C:  $VarLL - PCLD =$  variação de  $LL - PDD$  entre duas datas, na forma decimal.

Onde:

LL: Lucro Líquido

PCLD: Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

## 4. RESULTADOS

### 4.1 Resultados Estatísticos

Para verificar se a pandemia de Covid-19 afetou a correlação das provisões frente as receitas de operações de crédito, foram analisados dados dos 4 maiores bancos brasileiros listados na bolsa de valores. Também foram feitas tabelas com dados de média, desvio padrão e mediana das variáveis nos mesmos períodos, com base nos bancos agregados. Cabe destacar que a disposição dos dados de correlação e sua legenda foram elaborados a partir do que foi elaborado por Goulart (2007), conforme a seguir:

#### LEGENDA:

✓: sinal do coeficiente de correlação obtido de acordo com a expectativa

X: coeficiente de correlação não significativo ao nível de 5%

☒: coeficiente de correlação significativo (5%), mas com sinal contrário à expectativa

XX: coeficiente de correlação não significativo e com sinal contrário à expectativa

Tabela 1 - Período pré-pandemia (1T2014-4T2019)

Variável	N	Média	DesvPad	Mediana
LL - PCLD	96	8.674.238.320	2.748.545.180	9.170.051.515
PCLD	96	4.611.539.362	1.711.896.927	4.508.500.000
LL-PCLD (t2-t1)	92	254.440.547	1.325.334.799	125.792.151
PCLD (t2-t1)	92	128.910.904	1.098.731.113	64.139.849

Na tabela 1 (período pré-pandemia), tem-se uma média de lucro trimestral expurgado da PCLD na ordem de R\$ 8,6 bilhões e mediana de R\$ 9,1 bilhões. Já a PCLD teve uma média de R\$ 4,6 bilhões e mediana de R\$ 4,5 bilhões. As medianas das variações de lucro expurgado da PCLD e da PCLD ficaram em R\$

125 milhões e R\$ 64 milhões, respectivamente. Já as médias ficaram em R\$ 254 milhões e R\$ 128 milhões.

Tabela 2 - Período de pandemia (1T2020-2T2022)

Variável	N	Média	DesvPad	Mediana
LL – PCLD	40	10.392.587.280	2.370.663.639	10.571.801.302
PCLD	40	5.336.362.586	1.816.395.913	5.103.335.632
LL-PCLD (t2-t1)	36	88.297.754	1.673.545.723	525.892.672
PCLD (t2-t1)	36	22.325.413	1.420.560.538	128.827.520

Na tabela 2 (período de pandemia), tem-se uma média de lucro trimestral expurgado da PCLD na ordem de R\$ 10,3 bilhões e mediana de R\$ 10,5 bilhões. Já a PCLD teve uma média de R\$ 5,3 bilhões e mediana de 5,1 bilhões. As medianas das variações de lucro expurgado da PCLD e da PCLD ficaram em R\$ 525 milhões e R\$ 128 milhões, respectivamente. Já as médias ficaram em R\$ 88 milhões e R\$ 22 milhões.

Tabela 3 - Período conjugado (1T2014-2T2022)

Variável	N	Média	DesvPad	Mediana
LL - PCLD	136	9.179.635.073	2.756.549.564	9.505.767.799
PCLD	136	4.824.722.663	1.774.290.349	4.604.653.746
LL-PCLD (t2-t1)	132	204.094.246	1.441.797.321	201.500.000
PCLD (t2-t1)	132	96.612.270	1.206.358.567	80.264.663

Na tabela 3 (período conjugado), tem-se uma média de lucro trimestral expurgado da PCLD na ordem de R\$ 9,1 bilhões e mediana de R\$ 9,5 bilhões. Já a PCLD teve uma média de R\$ 4,8 bilhões e mediana de 4,6 bilhões. As variações de lucro expurgado da PCLD e da PCLD ficaram em R\$ 201 milhões e R\$ 80 milhões, respectivamente. Já as médias ficaram em R\$ 204 milhões e R\$ 96 milhões.

Quando se compara o período de pandemia com o de pré-pandemia, tem-se um aumento de 19,81% na média de lucro trimestral expurgado da PCLD, junto com um aumento de na média de 15,72% da PCLD, mostrando que ambos

caminharam próximos no período. O aumento da mediana foi de 15,29% e 13,19%, respectivamente.

Tabela 4 - Matriz de correlação bancos agregados (Período 1T2020-2T2022)

VERSÃO	VARIÁVEL 1	VARIÁVEL 2	N	Correlação	IC de 95% para $\rho$	p-value	Sinal
A	PCLD	LL-PCLD	40	0,759	(0,668; 0,889)	0,000	✓
B	PCLD (t2-t1)	LL-PCLD (t2-t1)	40	0,630	(0,396; 0,787)	0,000	✓
C	Var PCLD (t2-t1)	Var LL-PCLD (t2-t1)	40	0,523	(0,253; 0,718)	0,000	✓

Na tabela 4, verifica-se que há correlação de sinal positivo para o uso de PCLD para gerenciamento de resultados no período da pandemia, com o sinal do coeficiente de correlação obtido de acordo com a expectativa.

Tabela 5 - Matriz de Correlação bancos agregados (Período 1T2014-4T2019)

VERSÃO	VARIÁVEL 1	VARIÁVEL 2	N	Correlação	IC de 95% para $\rho$	p-value	Sinal
A	PCLD	LL-PCLD	96	0,836	(0,763;0,887)	0,000	✓
B	PCLD (t2-t1)	LL-PCLD (t2-t1)	92	0,904	(0,858; 0,935)	0,000	✓
C	Var PCLD (t2-t1)	Var LL-PCLD (t2-t1)	92	0,872	(0,813; 0,914)	0,000	✓

Ao observar as matrizes de correlação dos bancos agregados, nota-se que há sinal positivo para todos, sendo todos com *p-value* significativo. Contudo, ao realizar a comparação do período pré e durante a pandemia, tem-se que todos os índices diminuíram: Versão “A” de 0,836 para 0,759; Versão “B” de 0,904 para 0,630 e Versão “C” de 0,872 para 0,523, indicando redução da prática de GR através da PCLD para suavizar os resultados.

Tabela 6 - Matriz de Correlação Banco do Brasil (Período 1T2014-2T2022)

VERSÃO	VARIÁVEL 1	VARIÁVEL 2	N	Correlação	IC de 95% para $\rho$	p-value	Sinal
A	PCLD	LL-PCLD	34	0,451	(0,133; 0,685)	0,007	✓
B	PCLD (t2-t1)	LL-PCLD (t2-t1)	33	0,755	(0,556; 0,872)	0,000	✓
C	Var PCLD (t2-t1)	Var LL-PCLD (t2-t1)	33	0,771	(0,581; 0,881)	0,000	✓

Na tabela 6, verifica-se que há correlação de sinal positivo para o uso de PCLD para gerenciamento de resultados no período conjugado de pré pandemia e durante a pandemia, com o sinal do coeficiente de correlação obtido de acordo com a expectativa. Porém, ressalta-se que o índice de correlação entre a conta de PCLD e a de LL expurgado do valor da PCLD (Versão A) não tem um valor consideravelmente alto, sendo uma correlação apenas moderada.

Tabela 7- Matriz de Correlação Banco do Brasil (Período 1T2020-2T2022)

VERSÃO	VARIÁVEL 1	VARIÁVEL 2	N	Correlação	IC de 95% para $\rho$	p-value	Sinal
A	PCLD	LL-PCLD	10	0,116	(-0,554; 0,695)	0,751	X
B	PCLD (t2-t1)	LL-PCLD (t2-t1)	10	0,715	(0,155; 0,927)	0,020	✓
C	Var PCLD (t2-t1)	Var LL-PCLD (t2-t1)	10	0,721	(0,168; 0,929)	0,019	✓

Na tabela 7, observa-se que há correlação de sinal positivo para o uso de PCLD para gerenciamento de resultados durante a pandemia, porém a "Versão A" contou com coeficiente de correlação não significativo ao nível de 5%, sendo também uma correlação fraca, de apenas 0,116.

Tabela 8 - Matriz de Correlação Banco do Brasil (Período 1T2014-4T2019)

VERSÃO	VARIÁVEL 1	VARIÁVEL 2	N	Correlação	IC de 95% para $\rho$	p-value	Sinal
A	PCLD	LL-PCLD	24	0,670	(0,407; 0,859)	0,000	✓
B	PCLD (t2-t1)	LL-PCLD (t2-t1)	23	0,777	(0,536; 0,901)	0,000	✓
C	Var PCLD (t2-t1)	Var LL-PCLD (t2-t1)	23	0,807	(0,464; 0,886)	0,000	✓

Ao observar as matrizes de correlação do Banco do Brasil em conjunto, nota-se que há sinal positivo para todos. Porém, para a “Versão A” do período de pandemia, o coeficiente de correlação não foi significativo ao nível de 5%. Ao se fazer a comparação do período pré e durante a pandemia, tem-se que todos os índices diminuíram: Versão “A” de 0,670 para 0,116; Versão “B” de 0,777 para 0,715 e Versão “C” de 0,807 para 0,721, indicando redução da prática de GR através da PCLD para suavizar os resultados.

Tabela 9 - Matriz de Correlação Banco Itaú (Período 1T2014-2T2022)

VERSÃO	VARIÁVEL 1	VARIÁVEL 2	N	Correlação	IC de 95% para $\rho$	p-value	Sinal
A	PCLD	LL-PCLD	34	0,872	(0,756; 0,934)	0,000	✓
B	PCLD (t2-t1)	LL-PCLD (t2-t1)	33	0,834	(0,687; 0,915)	0,000	✓
C	Var PCLD (t2-t1)	Var LL-PCLD (t2-t1)	33	0,779	(0,595; 0,886)	0,000	✓

Ao analisar a tabela 9, verifica-se que há correlação de sinal positivo para o uso de PCLD para gerenciamento de resultados no período conjugado de pré pandemia e durante a pandemia por parte do Itaú, com o sinal do coeficiente de correlação obtido de acordo com a expectativa. Ressalta-se que todos os índices tiveram um valor de correlação considerado forte ( $> 0,7$ ).

Tabela 10 - Matriz de Correlação Banco Itaú (Período 1T2020-2T2022)

VERSÃO	VARIÁVEL 1	VARIÁVEL 2	N	Correlação	IC de 95% para $\rho$	p-value	Sinal
A	PCLD	LL-PCLD	10	0,719	(0,0163; 0,928)	0,019	✓
B	PCLD (t2-t1)	LL-PCLD (t2-t1)	10	0,608	(-0,035; 0,895)	0,062	✓
C	Var PCLD (t2-t1)	Var LL- PCLD (t2-t1)	10	0,491	(-0,201; 0,856)	0,150	X

Na tabela 10, observa-se que há correlação de sinal positivo para o uso de PCLD para gerenciamento de resultados durante a pandemia por parte do Itaú, contudo, a Versão “C” não obteve *p-value* significativo.

Tabela 11 - Matriz de Correlação Banco Itaú (Período 1T2014-4T2019)

VERSÃO	VARIÁVEL 1	VARIÁVEL 2	N	Correlação	IC de 95% para $\rho$	p-value	Sinal
A	PCLD	LL-PCLD	24	0,946	(0,878; 0,977)	0,000	✓
B	PCLD (t2- t1)	LL-PCLD (t2-t1)	23	0,965	(0,919; 0,985)	0,000	✓
C	Var PCLD (t2-t1)	Var LL- PCLD (t2- t1)	23	0,944	(0,871; 0,976)	0,000	✓

Ao observar as matrizes de correlação do Banco Itaú em conjunto, nota-se que há sinal positivo para todos, porém a Versão “C” do período pandêmico não obteve *p-value* significativo. Ao se fazer a comparação do período pré e durante a pandemia, tem-se que todos os índices diminuíram: Versão “A” de 0,946 para 0,719; Versão “B” de 0,965 para 0,608 e Versão “C” de 0,944 para 0,491, indicando redução da prática de GR através da PCLD para suavizar os resultados.

Ressalta-se que os valores obtidos no pré-pandemia são consideravelmente altos, indicando correlação muito forte (>0,9).

Tabela 12 - Matriz de Correlação Bradesco (Período 1T2014-2T2022)

VERSÃO	VARIÁVEL 1	VARIÁVEL 2	N	Correlação	IC de 95% para $\rho$	p-value	Sinal
A	PCLD	LL-PCLD	34	0,814	(0,656; 0,903)	0,000	✓



B	PCLD (t2-t1)	LL-PCLD (t2-t1)	33	0,814	(0,653; 0,904)	0,000	✓
C	Var PCLD (t2-t1)	Var LL-PCLD (t2-t1)	33	0,754	(0,554; 0,872)	0,000	✓

Ao analisar a tabela 12, verifica-se que há correlação de sinal positivo para o uso de PCLD para gerenciamento de resultados no período conjugado de pré pandemia e durante a pandemia no que se diz respeito ao banco Bradesco, com o sinal do coeficiente de correlação obtido de acordo com a expectativa.

Tabela 13 - Matriz de Correlação Bradesco (Período 1T2020-2T2022)

VERSÃO	VARIÁVEL 1	VARIÁVEL 2	N	Correlação	IC de 95% para $\rho$	p-value	Sinal
A	PCLD	LL-PCLD	10	0,705	(0,135;0,924)	0,023	✓
B	PCLD (t2-t1)	LL-PCLD (t2-t1)	10	0,715	(0,155; 0,927)	0,020	✓
C	Var PCLD (t2-t1)	Var LL-PCLD (t2-t1)	10	0,585	(-0,071; 0,888)	0,076	✓

Na tabela 13, observa-se que há correlação de sinal positivo para o uso de PCLD para gerenciamento de resultados durante a pandemia no Bradesco, sendo todos com *p-value* significativo. Ressalta-se que a correlação entre as variações decimais é apenas moderada (<0,4 e >0,7).

Tabela 14 - Matriz de Correlação Bradesco (Período 1T2014-4T2019)

VERSÃO	VARIÁVEL 1	VARIÁVEL 2	N	Correlação	IC de 95% para $\rho$	p-value	Sinal
A	PCLD	LL-PCLD	24	0,838	(0,701; 0,941)	0,000	✓
B	PCLD (t2-t1)	LL-PCLD (t2-t1)	23	0,975	(0,940; 0,989)	0,000	✓
C	Var PCLD (t2-t1)	Var LL-PCLD (t2-t1)	23	0,960	(0,906; 0,983)	0,000	✓

Ao observar as matrizes de correlação do Bradesco em conjunto, tem-se sinal positivo para todos, sendo todos com *p-value* significativo. Todavia, ao realizar a comparação do período pré e durante a pandemia, tem-se que todos os índices diminuiram: Versão “A” de 0,838 para 0,705; Versão “B” de 0,975 para 0,715 e Versão “C” de 0,960 para 0,595, indicando redução da prática de GR através da

PCLD para suavizar os resultados.

Tabela 15 - Matriz de Correlação Santander (Período 1T2014-2T2022)

VERSÃO	VARIÁVEL 1	VARIÁVEL 2	N	Correlação	IC de 95% para $\rho$	p-value	Sinal
A	PCLD	LL-PCLD	34	0,883	(0,776; 0,940)	0,000	✓
B	PCLD (t2-t1)	LL-PCLD (t2-t1)	33	0,531	(0,229; 0,739)	0,001	✓
C	Var PCLD (t2-t1)	Var LL-PCLD (t2-t1)	33	0,484	(0,169; 0,709)	0,004	✓

Na tabela 15, verifica-se que há correlação de sinal positivo para o uso de PCLD para gerenciamento de resultados pelo Santander no período conjugado de pré pandemia e de pandemia, com o sinal do coeficiente de correlação obtido de acordo com a expectativa. Todavia, importante salientar que o índice de correlação das Versões B e C foram apenas moderados.

Tabela 16 - Matriz de Correlação Santander (Período 1T2020-2T2022)

VERSÃO	VARIÁVEL 1	VARIÁVEL 2	N	Correlação	IC de 95% para $\rho$	p-value	Sinal
A	PCLD	LL-PCLD	10	0,857	(0,493; 0,965)	0,002	✓
B	PCLD (t2-t1)	LL-PCLD (t2-t1)	10	0,419	(-0,287; 0,830)	0,229	X
C	Var PCLD (t2-t1)	Var LL-PCLD (t2-t1)	10	0,236	(-0,391; 0,750)	0,512	X

Na tabela 16, observa-se que há correlação de sinal positivo para o uso de PCLD para gerenciamento de resultados pelo Santander durante a pandemia, mas nas Versões “B” e “C” o coeficiente de correlação não foi significativo ao nível de 5%.

Tabela 17 - Matriz de Correlação Santander (Período 1T2014-4T2019)

VERSÃO	VARIÁVEL 1	VARIÁVEL 2	N	Correlação	IC de 95% para $\rho$	p-value	Sinal
A	PCLD	LL-PCLD	24	0,859	(0,697; 0,937)	0,000	✓
B	PCLD (t2-t1)	LL-PCLD (t2-t1)	23	0,912	(0,792; 0,962)	0,000	✓
C	Var PCLD (t2-t1)	Var LL-PCLD (t2-t1)	23	0,930	(0,840; 0,970)	0,000	✓

Ao observar as matrizes de correlação do Santander, tem-se sinal positivo para todos. Todavia, para a “Versão B” e “Versão C” do período de pandemia, o coeficiente de correlação não foi significativo ao nível de 5%. Ao se fazer a comparação do período pré e durante a pandemia, tem-se que todos os índices diminuíram: Versão “A” de 0,859 para 0,857; Versão “B” de 0,912 para 0,419 e Versão “C” de 0,930 para 0,236, indicando redução da prática de GR através da PCLD para suavizar os resultados.

## **4.2 Análise dos Resultados**

Para facilitar a compreensão de que se houve aumento destes índices no período 4T2019-2T2022 (pandemia) em relação ao período 1T2014-3T2019 (pré-pandemia), o Quadro 4 condensa os dados mostrando quais bancos e variáveis variaram positiva e negativamente.

### **LEGENDA:**

+: houve aumento na correlação

-: houve diminuição da correlação

Quadro 4 – Comparativo de correlação dos períodos pré-pandemia e de pandemia

Variável/Bancos	Banco do Brasil	Bradesco	Itaú	Santander	Bancos agregados
PCLD X LL-PCLD	-	-	-	-	-
PCLD X LL-PCLD (t2-t1)	-	-	-	-	-
Var PCLD x Var LL-PCLD	-	-	-	-	-

Recapitulando, a hipótese inicial do trabalho era a de que existe correlação positiva entre a PCLD e o Lucro Líquido, configurando indício da prática de GR. A hipótese principal é que os índices de correlação aumentaram durante a pandemia de Covid-19, configurando-se aumento da prática de GR no período.

Essa hipótese se baseia no fato de que estudos anteriores indicaram que os ciclos econômicos tendem a impulsionar a prática de Gerenciamento de Resultados. (Mota, 2018 e Diehl, 2020)

Ao analisar os dados obtidos, constata-se que houve sinal positivo para a hipótese de indícios da prática de GR através da conta PCLD em todos os bancos e em todos os períodos utilizados na amostra, bem como na amostra de todos os bancos de forma agregada.

Contudo, tendo como base o quadro 4, observa-se que todas as IFs analisadas diminuíram sua correlação, sendo algumas reduções de maneira significativa, como no caso do Santander, demonstrando um indício de que a pandemia não impactou positivamente para o uso de GR por parte destas entidades através da conta PCLD. Quando se parte para análise dos bancos de maneira agregada, observa-se o mesmo comportamento.

Cabe ressaltar que os resultados não indicaram a não ocorrência de GR através de PCLD na pandemia de Covid-19, mas sim que sua magnitude não foi alterada positivamente.

Dessa forma, entende-se que não há indícios de que a Covid-19 tenha impulsionado a prática de GR com uso da conta PCLD por parte das IFs utilizadas na amostra. Entretanto, como o estudo não incluiu as contas de TVM e de derivativos, ainda há a possibilidade de que as IFs tenham aumentado a utilização destas contas visando a suavização de resultados.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve, como objetivo principal, identificar se existem indícios da ocorrência de GR nos 4 maiores bancos brasileiros listados na bolsa de valores (B3), e em havendo estes indícios, verificar se o nível de incidência e magnitude de Gerenciamento de Resultados foram alterados.

Com esta finalidade, foram utilizados como amostra dados das Demonstrações Contábeis dos 4 bancos, do período a partir do 1º trimestre de 2014, até o 2º trimestre de 2022. Os dados foram obtidos através dos portais de Relações com Investidores dos respectivos bancos. Bem como constatado em estudos realizados anteriormente, foram detectados fortes indícios da prática de GR através da conta PCLD por parte dos bancos utilizados na amostra, sob a ótica de todas as variáveis testadas.

Para testar a hipótese inicial do trabalho, de aumento de indícios da prática de PCLD na pandemia de Covid-19 por parte dos bancos, foram comparados os índices de correlação do período da pandemia e do pré-pandemia, dados que não se revelaram positivos, apresentando níveis de correlação entre as variáveis menores entre um período e outro.

Este estudo contribui para o avanço dos estudos de Gerenciamento de Resultados ao oferecer uma abordagem teórica ampla e atualizada sobre o tema, bem como dando enfoque a uma questão bastante recente: a pandemia de Covid-19, sendo este o principal componente que diferencia o presente estudo dos demais trabalhos realizados anteriormente. Além disso, o trabalho ainda se diferencia dos demais ao oferecer uma análise individualizada dos bancos, algo não presente em estudos anteriores.

Como sugestão para futuras pesquisas, sugere-se a utilização de outras contas discricionárias como variáveis dependentes, como TVM (Títulos e Valores Mobiliários) e derivativos. Além disso, realizar um estudo abordando a IFRS 9 como possível causa da redução de GR também se configura como uma boa sugestão de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, E. M. B. "Teoria em Gerenciamento de Resultados", **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 3, n. 2, p. 5–20, 2009. DOI: 10.9771/rcufba.v3i2.3381. .

BERK, J.; DEMARZO, P. *Finanças empresariais*. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CAMPOS, SUSANA. COSTA, RAQUEL **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade** – v. 8, n. 3, p. 77-91, set./dez. 2018 ISSN 2238-5320, UNEB, Salvador/BA

CANECA, ROBERTA LIRA. Provisão para créditos de liquidação duvidosa de bancos e ciclos econômicos: o caso brasileiro. Tese apresentada ao Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis - UnB/UFPB/UFRN, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências Contábeis. Brasília 2015.

COLARES, V., TEREZINHA, M., *et al.* "Impactos Da Pandemia Da Covid-19 Na Perda Estimada Para Crédito De Liquidação Duvidosa De Instituições Financeiras", **PISTA: Periódico Interdisciplinar [Sociedade Tecnologia Ambiente]**, v. 3, n. 1, p. 202–227, 2021. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pista/article/view/26580>.

DANTAS, J. A., RODRIGUES, F. F., RODRIGUES, J. M., *et al.* "Determinantes do grau de evidenciação de risco de crédito pelos bancos brasileiros", **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 21, n. 52, p. 1–27, 2010. DOI: 10.1590/s1519-70772010000100002. .

DANTAS, J. A., MICHELETTO, M. A., CARDOSO, F. A., *et al.* "Perdas Em Crédito Nos Bancos Brasileiros: Modelos De Perdas Esperadas E De Perdas Incorridas E Impactos Da Ifrs 9", **Gestão Finanças e Contabilidade**, v. 7, p. 156–175, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18028/2238-5320/>.

DECHOW, P. M., & SKINNER, D. J. (2000). Earnings management: reconciling the views of accounting academics, practitioners, and regulators. *Accounting Horizons*, 14(2), p. 232–250.

DIEHL, WILLIAN. **Influência dos ciclos econômicos no gerenciamento de resultados: um estudo em instituições financeiras**. 2020. 77 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020

GOULART, A. M. C. **Gerenciamento de Resultados Contábeis em instituições financeiras no Brasil**. 2007. 219 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Departamento de Contabilidade e Atuária. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível

em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-17032008-124153/pt-br.php>.

HEALY, P. M.; WHALEN, J. M. A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, v. 13, n. 4, p. 365-383, dez. 1999. Doi: <https://doi.org/10.2308/acch.1999.13.4.365>

JENSEN, M., & MECKLING, W. (1976) Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs, and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3, 305-360.

GIRÃO, L. F. de A. P., DUARTE, F. C. de L., MARTINS, O. S., et al. "Contaminação Dos Fundamentos Pela Covid-19: Previsão De Receitas, Gerenciamento De Resultados E Risco De Insolvência No Brasil", XX USP International Conference in Accounting, p. 1–5, 2020.

Kanagaretnam, K., Lobo, G. J., & Mathieu, R. (2003). Managerial incentives for income smoothing through bank loan loss provision. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 20(1), p. 63-80.

MARTININGO FILHO, A., DURSO, S. de O. "Gerenciamento De Resultados Em Instituições Financeiras Brasileiras: Uma Revisão Da Literatura Recente", **Revista Eletrônica Do Departamento De Ciências Contábeis & Departamento De Atuária E Métodos Quantitativos**, v. 7, n. 1, p. 49–62, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/redeca/article/view/48964>.

MARTINEZ, A. L. (2013). Gerenciamento de resultados no Brasil: um survey da literatura. *BBR-Brazilian Business Review*, 10(4), 1-31. <https://doi.org/10.15728/bbr.2013.10.4.1>

MARTINS, Aurea de Carvalho; SINAY, Cristina; GONÇALVES, Clayton Pereira. **O Impacto Da Covid-19 Na Receita De Intermediação Financeira**. RRCF, Fortaleza, v.11, n.2, Jul./Dez. 2020.

MARTINS SILVA, C. A., NIYAMA, J. K., RODRIGUES, J. M., et al. "Gerenciamento de resultados por meio da perda estimada de créditos em bancos brasileiros e luso-espanhóis", **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 15, n. 37, p. 139–157, 2018. DOI: 10.5007/2175-8069.2018v15n37p139. .

MATSUMOTO, A. S., & PARREIRA, E. M. (2007). Uma pesquisa sobre o Gerenciamento de Resultados Contábeis : causas e conseqüências. *UnB Contábil - Unb, Brasília*, No 1, Jan/Jun, 10, 1–9. Retrieved from <https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/viewArticle/151>

MAZULO, E. S., IARA, R. N., BRITTO, P. A. P. de. "Provisão de perdas e gerenciamento de resultados em instituições financeiras: uma análise a partir dos maiores bancos brasileiros",



**REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036**, v. 14, n. 2, p. 112–128, 2022. DOI: 10.21680/2176-9036.2022v14n2id25930.

MOTA, R. H. G. **A INFLUÊNCIA DOS CICLOS ECONÔMICOS NO GERENCIAMENTO DE RESULTADOS**. Tese apresentada ao Programa Multi-Institucional e InterRegional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte para obtenção do título de Doutor em Ciências Contábeis. Natal. 2018.

NASCIMENTO, AUSTER MOREIRA; REGINATO LUCIANE. “Revista Universo Contábil”, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 4, n. 3, p. 25-47, jul./set. 2008

OLIVEIRA RAFAEL XAVIER DE.  
**Risco de fraudes contábeis e ganho informacional na análise do risco de crédito para o setor bancário brasileiro**. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília – UnB. Faculdade de Economia, Administração, Ciências Contábeis e Atuariais e Gestão de Políticas Públicas – FACE. Programa de pós-graduação em Ciências Contábeis – PPGCont. Brasília, DF, 2020.

RAIFUR, L., MACHADO, E. A., MORCH, R. B., *et al.* "Objetivos e usuários em contabilidade : a informação contábil e a sofisticação do usuário na tomada de decisão", **SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, p. 1–13, 2008. Disponível em: [https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/555\\_Artigo SEGeT\(com autores\).pdf](https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/555_Artigo SEGeT(com autores).pdf).

RAMOS DO NASCIMENTO, M., AGLÉ MOURA DE SOUSA, R., ALVES DANTAS, J., *et al.* "Gerenciamento de Resultados em Bancos Mediante a Divulgação do Lucro Ajustado por Itens Extraordinários", **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 15, n. 4, p. 467–485, 2021. DOI: 10.17524/repec.v15i4.2947. .

RODRIGUES, A. Gerenciamento dos resultados contábeis através de receitas e despesas não operacionais: estudo empírico das Companhias “nível 1” – Bovespa. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrrj/article/viewFile/573/562>.

SANTANA, J. dos S., MACHADO, L. de S., MACHADO, M. R. R., *et al.* "Perda Estimada Com Créditos De Liquidação Duvidosa (PeclD): Impacto Da Nova Regulação Contábil Nas Companhias Brasileiras Do Setor De Consumo Cíclico", **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 22, n. 1, p. 56–67, 2021. DOI: 10.51320/rmc.v22i1.1191. .

SAYED, S., SOUZA, Ê. B. M. de, COSTA, J. A., *et al.* "Simulação dos Impactos da Alteração

da Norma Internacional de Instrumentos Financeiros (IFRS 9) nos Maiores Bancos Brasileiros", **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 8, n. 1, p. 50–63, 2013. DOI: 10.21446/scg\_uftj.v8i1.13282. .

SCHIPPER, K. Commentary on earnings management. *Accounting Horizons*, v. 3, p. 91-102, 1989.

SCOTT, W. R. (2015). *Financial Accounting Theory*. Seventh Edition. Pearson Prentice Hall: Toronto. Retrieved from [www.pearsoncanada.ca](http://www.pearsoncanada.ca).